



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL E CIDADANIA AMBIENTAL - SAIC
DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO DO SISNAMA - DSIS
COORDENAÇÃO DE APOIO AO FORTALECIMENTO DO SISNAMA -CAFS

Assunto: Memória da XV Reunião da Comissão Técnica Tripartite de Meio Ambiente - CTN

Origem: MMA/SAIC/DSIS- Departamento de Coordenação do SISNAMA ?

MEMÓRIA DA XV REUNIÃO DA COMISSÃO TÉCNICA TRIPARTITE NACIONAL DE MEIO AMBIENTE

MEMORIA TÉCNICA nº 04/2008 - MMA/SAIC/DSIS/CAF

Ref: Memória Técnica da XV Reunião da Comissão Técnica Nacional Tripartite de Meio Ambiente - CTN, realizada no dia 07 de maio de 2008, na Sala de Reuniões da Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental - SAIC/MMA – Brasília – DF.

1. INTRODUÇÃO:

Realizou-se no dia 07 de maio de 2008 a XV Reunião da Comissão Técnica Tripartite Nacional de Meio Ambiente – CTN, na sala de reuniões da Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental - SAIC, em Brasília. Os representantes da Comissão Tripartite Nacional - CTN e demais presentes estão nominalmente registrados em anexo.

2. PONTOS DE PAUTA:

- A) Informes Gerais;
- B) Apresentação dos termos de Referência para os GT's definidos pela CTN na sua XIV Reunião Ordinária realizada em 02/08;
- C) Novas Proposições Temáticas para a CTN/CTTE's – MMA e ABEMA;
- D) Situação atual do Processo de Regulamentação do Artigo 23 da CF.
- E) Considerações Gerais
- F) Consolidação Planejamento – Encaminhamento e Deliberações

3) A - INFORMAÇÕES GERAIS E ABERTURA

A abertura da XV Reunião da Comissão Técnica Tripartite Nacional de Meio Ambiente foi realizada pelo Sr. Hamilton Pereira, Secretário de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental/SAIC/MMA, após a formação da mesa com representantes da CTN. Em seguida, os presentes fizeram uma rodada de apresentação.

O Sr. Hamilton citou a Conferência Nacional de Meio Ambiente e o papel das tripartites na formulação da Política de Meio Ambiente. Fez menção aos acontecimentos recentes na Terra Indígena Raposa Serra do Sol/RR e à pertinência do tema Mudanças Climáticas como eixo central da CNMA. Reafirmou o compromisso do Ministério do Meio Ambiente com as tripartites e informou que a pauta a ser trabalhada na reunião seria aquela definida pela CTN em fevereiro de 2008. Por fim, agradeceu a presença dos participantes e mencionou que na composição atual da CNMA houve aumento da representação dos municípios, e que a temática ambiental já é dos cidadãos, e não apenas de ambientalistas. Em seguida, o Sr. Bazileu/Ibama saudou os presentes e, em virtude de compromisso agendado com os superintendentes do Ibama, designou para representá-lo na Reunião, o Sr. Roberto Messias Franco.

O Sr. Eugênio Cunha abordou a recente reunião da **ABEMA**, realizada em Fortaleza/CE e destacou alguns temas específicos que a ABEMA deseja que sejam incorporados como pontos de pauta na próxima reunião da CTN: . O Sr. José de Paula lembrou da sugestão também sobre o tema dos consórcios municipais. Os temas são:.

- 1) **Compensação ambiental** - Está em andamento ação sobre o tema com pendência jurídica no STF;
- 2) **Estratégias para Aprovação do PL 12/03** - Sugere nova discussão acerca da regulamentação do Art. 23 da CF. Em 14/05/08, ocorrerá uma reunião na Câmara dos Deputados com a Bancada Ambientalista(Café da Manhã). Citou que as novas alterações no PL. 12, são decorrentes de ações do próprio Governo Federal;
- 3) **Gestão Florestal** - No que diz respeito à Gestão Florestal, destacou que legalmente os Estados assumiram ônus mas sem contrapartida e sem uma maior interação com relação ao Ibama.
- 4) **Criação de UCs Federais** - Em relação a criação de UC's nos Estados, destacou que em um ano o Instituto Chico Mendes não criou nenhuma UC's e não há ainda métodos claros. Afirmou que a população não reconhece as competências federativas, portanto é necessário que haja sintonia entre os entes.
- 5) **Consórcios Públicos** – Já há ações em andamento em relação a consórcios de resíduos sólidos sem articulação com as OEMAs. Há preocupações sobre Consórcios em licenciamento e sobre distorções em relação a gestão ambiental.

O Sr. Paulo Sérgio afirmou que a realização da III CNMA colaborou para a viabilização da XV Reunião da CTN. Lembrou que alguns dos temas dessa reunião da CTN, serviriam para subsidiar o III Encontro Nacional das Comissões Tripartites à tarde. Ao mesmo tempo, sugeriu a realização de uma reunião extraordinária da CTN sobre os temas trazidos pela ABEMA, assim como para apreciação dos demais TORs relativos aos GTs já aprovados pela CTN, que não serão apreciados nessa reunião. Esses TORs que deverão ser apreciados na próxima reunião são sobre: I) GTN de Revisão do Marco Legal do SISNAMA; II) GTEs de Apoio a Gestão Florestal, III) GTEs de Apoio ao PAN, IV) GTEs de Apoio ao GERCO; V) GTN de Consórcios Públicos. A previsão é de realizar essa reunião extraordinária nos próximos 30 dias, já que a próxima reunião ordinária da CTN

será só em agosto

O Sr. Paulo Sérgio comentou a pauta da Reunião e propôs que fossem discutidos nessa reunião primeiramente as propostas de TORs para os GTs já aprovados na IV CTN e os novos temas propostos pelo MMA para a CTN, quais sejam: Desertificação, Relatório de Qualidade Ambiental-RQMA e Gercon,. OS temas propostos pela ABEMA podem tratados numa próxima reunião extraordinária Os TORs para hoje serão sobre os GTs do PROGAM, Fundos Ambientais, Resíduos Sólidos e Licenciamento. Ao final, serão consolidados o planejamento das Tripartites, com respectivos encaminhamentos e deliberações da CTN.

O Sr. Maurício Laxe convidou todos os entes representados nessa XV Reunião da CTN a participarem do processo de integração CTN/CTTEs que ocorrera na abertura do III Encontro Nacional das Comissões Tripartites à tarde. Passou-se então à apresentação dos TOR's.

4) B - APRESENTAÇÃO DOS TERMOS DE REFERÊNCIA – TORs

- I) GTE do PROGAM/PNC - Programa Nacional de Apoio à Gestão Ambiental dos Municípios – TOR para o GTE do PROGAM/PNC – Resumo:

- Apresentação: Taciana Neto Leme – PROGAM/DSIS/SAIC/MMA Foi explicado que os TORs servirão para orientar as Comissões Técnicas Tripartites Estaduais na implantação dos GTEs. Que no caso do GTE do PROGAM, o processo deverá se iniciar por meio de uma adequação do atual G2 do Programa Nacional de Capacitação - PNC nos Estados. Esses devem se reunir em conjunto com a respectiva CTTE, para adaptar os **G2 do PNC**, a essa nova fase das Comissões Tripartites, para em seguida instituírem especificamente nos Estados um “**Grupo de Trabalho Estadual do Programa Nacional de apoio à Gestão Ambiental Municipal – PROGAM**”, com a finalidade de apoiar a elaboração e implementação do PROGAM/PNC no respectivo Estado. O texto anexo apresenta também a contextualização dos elementos iniciais do PROGAM.

a) Objetivo Geral do “GTE do PROGAM/PNC”:

- Apoiar a elaboração e implementação do PROGAM/PNC nos Estados

b) Objetivos Específicos dos “GTE do PROGRAM/PNC”:

- Elaborar um diagnóstico das iniciativas já existentes nos Estados, para o Fortalecimento dos Sistemas Municipais de Meio Ambiente. (conforme planilha anexa)
- Apoiar a construção e implantação do PROGAM nos Estados, a partir das orientações estratégicas nacionais.

c) Composição do GTE do PROGAM/PNC:

- Poderão compor os referidos GTEs, representantes das instituições que participam das respectivas Comissões Tripartites e de possíveis instituições parceiras no Estado .

d) Tarefas Imediatas:

- É importante destacar que algumas das etapas iniciais da construção do PROGAM já foram vencidas. A próxima etapa é que cada CTTE realize uma reunião técnica para que seja instituído o seu GTE do PROGAM/PNC, em parceria com a equipe técnica do MMA/SAIC/DSIS/PNC. Nos Estados que já ocorreram a primeira fase do PNC, esse processo poderá ser iniciado a partir de uma pequena oficina técnica de avaliação do PNC, com a participação do G2, do MMA/PNC e demais parceiros, aonde se trate também das adequações necessárias para que o respectivo G2/PNC já existente, possa

ser adaptado e atualizado para que passe a ser o próprio GTE do PROGAM/PNC.

Em seguida, esse novo GTE do PROGAM/PNC, que contemple a participação de representantes do Estado, da União, das entidades municipalistas e das demais possíveis instituições parceiras. deverá elaborar um primeiro diagnóstico simplificado, a partir da planilha do PROGAM enviada em anexo, para que sejam levantadas as informações já existentes nos Estados, em relação a possíveis ações relacionadas com os componentes preliminarmente proposto para o PROGAM. Essa referida planilha possui um roteiro específico, sendo que a mesma deverá ser preenchida e encaminhando para o e-mail - progam@mma.gov.br até o **dia 11 de julho de 2008**. – Ressaltamos que um conjunto de outras etapas deverão ocorrer até a sua efetiva elaboração até o fim de 2008, para posterior implementação do PROGAM em 2009.

- II) GTN da Rede de Fundos Ambientais:

Foi informado aos presentes que na última reunião da CTN **foi criado um Grupo de Trabalho Nacional da Rede de Fundos Ambientais**. Diante dessa deliberação, foi destacado aos presentes que para uma melhor adequação dos trabalhos aos objetivos propostos para essa instância de articulação já aprovada, e uma maior eficiência desta em relação aos suas competências e atribuições, deveria ser feita uma adaptação quanto a definição da natureza da mesma por parte da CTN. Portanto, foi proposto que esse referido GTN da Rede de Fundos Ambientais, pudesse ser definido como sendo de outra natureza e tratado na verdade como sendo um **Comitê Executivo da Rede de Fundos Ambientais**, ligado institucionalmente e formalmente a CTN, o que foi acatado pela CTN. Foi ainda ressaltado que houve o lançamento um folder sobre a Rede, na Marcha dos Prefeitos e foi distribuído um novo Boletim da Rede aos presentes. Observou que o segundo semestre desse ano não será o mais apropriado para ações nos municípios, em virtude do processo eleitoral 2008

a) Objetivo Geral:

- *O que é a Rede de Fundos Ambientais?*- A Rede de Fundos Ambientais é precisamente um espaço de articulação, integração e fortalecimento institucional, para a troca de experiências entre os órgãos ambientais e melhor capacitação dos respectivos Fundos, para a captação e gestão de recursos para financiamento ambiental, e estabelecimento de parcerias com possíveis parceiros, em consonância com as Políticas Nacionais de Meio Ambiente e de Recursos Hídricos.

b) Composição:

- As decisões estratégicas da rede serão tomadas justamente por esse novo Comitê Executivo, que deverá ser composto por 02 representantes do MMA, 02 representantes da ANAMMA, 02 representantes da ABEMA e 01 representante dos fundos privados. O Funbio continuará a prestar assessoria técnica a esse Comitê Executivo, coordenando a execução de um plano de trabalho 2008 dessa Rede de Fundos. No plano já estão previstas ações de desenvolvimento institucional, capacitação de gestores e comunicação. A Rede já possui inclusive um site próprio (www.fundosambientais.org.br) e um boletim periódico impresso, lançado recentemente.

c) Tarefas Imediatas:

- Foi proposto que para esse ano talvez seja mais apropriado apenas reuniões de organização da Rede de Fundos Ambientais de caráter regional, que poderiam ser organizados por esse agora Comitê Executivo. Uma boa oportunidade para tal seria realizar essas reuniões regionais, em parceria com os Encontros Regionais das CTES,

previstos para o segundo semestre de 2008.

- III) GTs Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos

- Apresentação: Silvano Silvério da Costa/SRHU/DAU:- Primeiramente, o Sr. Silvano informou que o MMA já está conveniando com 8 Estados, para elaboração dos Planos Estaduais de Regionalização da Gestão de Resíduos Sólidos. (BA, AL, SE, PE, MG, PI, MA, RJ) A perspectiva é de formar consórcios integrados nos Estados para a regionalização da gestão de resíduos sólidos. Disse que a polêmica sobre licenciamento via consórcios está superada no âmbito do MMA. A Sra. Diana observou que o papel dos consórcios deve definitivamente ser apenas de oferecer apoio técnico e não de licenciar.

Em seguida, apresentou uma versão preliminar do TOR – Resíduos Sólidos, para orientar as CTTEs na **criação nos Estados de “GTEs para Apoio a Regionalização da Gestão de Resíduos Sólidos”**, conforme aprovado recentemente pela CTN. Foi solicitado que seja permitida adaptações para tal, nos Estados que já possuem iniciativas semelhantes em andamento. Nesse sentido a SRHU/DAU possui consultores nos Estados que colaborarão com as CTTEs na efetivação desses GTEs.

a) Objetivo Geral do GTE de Regionalização da Gestão de Resíduos Sólidos:

- Ao referido Grupo de Trabalho compete subsidiar e instrumentalizar as Comissões Técnicas Tripartites Estaduais e principalmente apoiar as articulações interinstitucionais do órgão público estadual responsável pelo processo de regionalização no Estado. Esse GTE deverá colaborar com o necessário processo de integração entre os órgãos públicos com vistas a **apoiar a implementação do “Processo de Regionalização da Gestão Integrada de Resíduos Sólidos nos Estados e na implantação de Consórcios Regionais para resíduos sólidos”**, conforme possibilita a Lei nº 11.445/07. Tais ações deverão ocorrer prioritariamente nos estados que já mantêm convênio com o MMA, com destaque os estados das bacias hidrográficas dos Rios São Francisco e Parnaíba.

b) Composição do GTE de RS:

- É fundamental que esses *GTEs de Apoio a Regionalização da Gestão de Resíduos Sólidos*, venham a agregar sistematicamente e periodicamente os principais órgãos públicos parceiros, que poderão atuar no apoio a implementação do processo de regionalização da gestão de resíduos sólidos nos Estados, como Secretarias de Meio Ambiente, Desenvolvimento Urbano, Recursos Hídricos, Empresa Estadual de Saneamento, Ministério Público Estadual, além de possíveis órgãos públicos federais e de ensino público, assim como de entidades representativas de municípios no Estado, etc.

c) Tarefas Imediatas:

- Cada CTTE deverá incluir no seu planejamento a previsão de organizar uma pequena oficina estadual, em parceria com o órgão estadual responsável pela regionalização da gestão de resíduos sólidos no Estado e com a SRHU/DAU/MMA e seu respectivo consultor, para a implementação de seu respectivo GTE de Apoio a Regionalização da Gestão de Resíduos Sólidos, definido um plano de trabalho para esse GTE, articulando e integrando os diversos possíveis órgãos públicos que poderão ser parceiros no apoio a esse processo de regionalização.

d) Observações: - I) - Houve sugestão de membros da CTN, para que esse TOR apresentado nessa reunião para os GTEs de Resíduos Sólidos, a serem efetivados junto as CTTEs, possa ainda ser adaptado ou retificado, o que foi acatado. Os membros da CTN poderão apresentar sugestões para esse TOR dos GTEs de RS, que deverão ser encaminhados ao DSIS/SAIC/MMA, até a data de 10 de junho de 2008, para posterior consolidação em uma reunião da CTN .

- Outras sugestões de encaminhamento também foram aprovados, a saber: II) - A CTN deverá criar posteriormente um novo GTN específico, de âmbito nacional, para tratar da implementação de Consórcios Públicos; III) A CTN desde já deverá fomentar a criação de GTEs junto as CTTE's, para "Apoiar a Regionalização da Gestão Integrada de Resíduos Sólidos e Consórcios Públicos, sendo que tal tarefa deverá ser prioritariamente efetivada junto aos Estados já conveniados com o MMA. IV) A SRHU em parceria com a SAIC, deverão apresentar o respectivo TOR para as que CTTEs possam efetivar os referido "GTEs de Apoio a Regionalização da Gestão Integrada de Resíduos Sólidos". V) A SAIC, em conjunto parceria a SRHU, deverá apresentar para a CTN, um novo TOR específico para a criação de um "GTN sobre Consórcios Públicos" na próxima reunião da CTN.

- IV) GTN de Licenciamento Ambiental

- Apresentação: Volney Zanardi Júnior DLAAE/SMCQ/MMA. – O Sr. Volney apresentou o TOR para o GTN de Licenciamento Ambiental, cujo foco inicial seria voltado a curto prazo para os processos de capacitação, mas que deverá tratar no médio e logo prazo com o objetivo geral de apoiar o processo de descentralização e harmonização do licenciamento ambiental. Nesse sentido, tal proposição foi acatada, devendo ser efetivada uma pequena adaptação ao TOR apreciado nessa reunião, sendo que o MMA já deverá oficializar as possíveis instituições que comporão este GTN de Licenciamento Ambiental, para que efetivem a indicação dos seus respectivos representantes.

Em seguida, destacou a realização dos Cursos de Licenciamento Ambiental à Distancia, que deverá ocorrer nos próximos dias. Foi salientado que alguns estados já estabeleceram GTE próprios para tratarem da descentralização do licenciamento ambiental, e que tal fenômeno poderá ocorrer também nos demais Estados, preferivelmente no âmbito das próprias CTTEs. O Sr. Messias Franco/IBAMA afirmou que alguns temas são específicos para alguns Estados e em outros são mais gerais. Sugeriu um recorte mais claro nesse sentido para trabalhar o licenciamento ambiental.

a) Objetivo Geral:

- Apoiar a promoção de processos de descentralização do licenciamento ambiental nos Estados

b) Composição:

- A composição desse GTN deverá contemplar representantes do MMA/DLAA, IBAMA, ABEMA, CNM e ANAMA.

c) Tarefas:

- A proposta do referido TOR para o GTN de Licenciamento Ambiental foi no mérito acatada, lembrado que deverá ser feita uma pequena adequação quanto ao seu objetivo, conforme já ressaltado. Ficou acertado que até julho este GTN deverá realizar a sua primeira reunião ordinária. Ficou encaminhado também que a próxima Reunião Ordinária da CTN discutirá o aprofundamento desse assunto.

5) - C - Apresentação de Novas Proposições Temáticas para a CTN:

1) GTEs do Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação - PAN

- Apresentação: José Roberto de Lima – MMA/PAN. - Sr. José Roberto observou que é necessário se refazer a “engenharia” da articulação institucional sobre o PAN nos Estados, em virtude de fragilidades existentes. Nos Estados há um fraco processo de articulação e integração entre os órgãos públicos locais dos três entes federados. No âmbito nacional, o exemplo é a ausência da participação do “setor produtivo”. Chama também atenção para a diferença entre desertificação e arenização, levantado pela ONU. A Sra. Diana argumentou que pode estar havendo superposição de planos, citando o caso da região do Seridó. O Sr. Paulo Sérgio/SAIC e o Sr. José Roberto sugeriram que se constituam “GTEs nos Estados de Apoio ao processo de articulação interinstitucional do PAN”.

a) Encaminhamentos: - I) Houve consenso na CTN acerca da proposta que acabou sendo aprovada. II) Nesse sentido, a coordenação do PAN *deverá apresentar um TOR para orientar as CTTEs, a criarem seus próprios “GTEs de Apoio ao PAN”*, nos Estados afetados pelo processo de desertificação, já na próxima reunião da CTN. III) Desde já, a CTN informará as CTTEs de que foi aprovado a proposta de criação desse GTE.

II) GTEs de Apoio ao Gerenciamento Costeiro

- Apresentação: Ademilson Josemar Zamboni – GERCO/SMCQ/MMA. - O Sr. Zamboni apresentou o estado da arte do Programa Nacional de Gerenciamento Costeiro, cujo componente prioritário é o Projeto Orla. Sugeriu difundir previamente com os estados e municípios, o conteúdo do livro “Macro-diagnostico da Zona Costeira do Brasil” a ser lançado brevemente pelo MMA. A Sra. Diana indaga sobre a ausência de estratégias para a consolidação de UC's marinhas e criação de UC's municipais nas cidades situadas na costa brasileira. Em seguida, destacou ser fundamental reforçar o arranjo institucional e o processo de articulação interinstitucional do GERCO nos próprios Estados da Zona Costeira. Nesse sentido, propôs que a CTN venha a incorporar esse tema junto as CTTEs. Para tal, sugeriu que a CTN delibere por orientar os Estados situados na Zona Costeira do Brasil, para que as próprias CTTEs venham a criar em seus Estados GTE de Apoio ao Gerenciamento Costeiro, a ser coordenado por cada órgão estadual responsável pelo Gerco, por meio do seu respectivo ponto focal estadual.

a) Encaminhamentos: - I) Essa proposição de ***criação de um “GTE de Apoio ao GERCO”*** foi aprovada pela CTN sendo que as tarefas a serem efetivadas são: II) A CTN desde já informará as CTTEs dos Estados sobre a proposição acatada. III) Nesse sentido, definiu-se que o MMA/GERCO deverá preparar um TOR específico com as devidas orientações técnicas necessárias para as CTTEs, quanto a criação dos seus respectivos GTEs de Apoio ao GERCO, que deverá ser apresentado já na próxima reunião extraordinária da CTN. IV) Tal GTE deverá fortalecer as iniciativas votadas aos processos de articulação interinstitucional e de implementação do GERCO em cada Estado. V) Foi destacado que tais “GTEs de Apoio ao Gerco” deverão ser criados prioritariamente nos Estados que já desenvolvem ações relacionadas ao Projeto Orla.

III) Elaboração do Relatório de Qualidade do Meio Ambiente – RQMA

- Apresentação: Equipe do IBAMA responsável pela elaboração do RQMA. – Inicialmente o IBAMA informou que estão começando a elaborar um novo RQMA, para uma primeira publicação ainda em 2008. Porém, o cenário para uma publicação mais completa é daqui a cinco anos. Sugeriu a colaboração das Comissões Tripartites, para o apoio a execução e efetivação dessa difícil tarefa. Propôs que cada CTTE, pautasse esse tema em uma de suas próximas reuniões, para um posterior agendamento de interlocução específica com cada OEMA. Nesse sentido, informou que o IBAMA poderá preparar subsídios técnicos para a apresentação e efetivação dessas propostas de parcerias técnicas e que desde já o IBAMA poderá disponibilizar membros de sua equipe técnica, para acompanhar um possível cronograma de reuniões com as CTTEs e posteriormente com as próprias OEMAs, já que por lei esse relatório deverá ser elaborado continuamente.

A Sra. Diana/CNM sugere à CTN oferecer um “rosto” do RQMA, que permita visualizar avanços e retrocessos. Propõe duas versões, uma mais “palatável” e outra mais densa, para repassar as principais informações sobre o RQMA, aos órgãos especializados. O Sr. Volney contrapôs a visão de gestão “ponto a ponto”, que predomina na efetivação desses relatórios e observou que a Câmara de Qualidade do CONAMA, estipulará padrões mínimos de licenciamento, exemplificando ainda com a criação de referenciais de tipologias. Destacou que o RQMA trará luz a essa dimensão da informação para a gestão. O Sr. Paulo Sérgio sugeriu levar a discussão a cada estado.

O Sr. José de Paula propôs incluir o tema nos Encontros Regionais das CTTEs. O Sr. Laxe observou que o calendário para os Encontros Regionais é no segundo semestre, logo esse prazo é contraditório com o processo previsto para elaboração do RQMA e que este não pode esperar tal tempo, mas que isso não impede de que seja levado como tema aos Encontros Regionais. Sugere que desde já as CTTEs procurem agendar esse tema, e que o IBAMA prepare um documento sintético a ser enviado como subsídio às CTTEs, para apreciação das mesmas e posterior definição de um calendário de reuniões bilaterais da equipe técnica do IBAMA/RQMA com as OEMAs, no âmbito das CTTEs.

O Sr. Paulo Sérgio requer que seja distinguidas as reuniões técnicas das CTTEs aqui propostas preliminarmente para uma abordagem e nivelamento temático, das outras reuniões bilaterais que devem ser desdobradas para a efetivação desse tema e construção do RQMA. O Sr. Eugênio propôs que a Abema ajude a articular nos Estados, essa discussão temática e sugere que seja efetivada uma “rodada” de reuniões e/ou oficinas” específica sobre o RQMA, no âmbito da implementação do SINIMA, em cada Estado, a serem estabelecidas pelas próprias CTTEs. O Sr. Paulo Sérgio sugere o mesmo procedimento em relação à ANAMMA e CNM.

1) Encaminhamentos: - I) O IBAMA preparará um documento contendo um resumo técnico sobre o RQMA e seu processo de elaboração; II) A CTN irá sugerir que cada CTTE, venham a pautar o referido tema em uma de suas próximas reuniões, a partir dos subsídios contidos nesse documento a ser elaborado pelo IBAMA; III) A CTN recomendará às CTTEs a realização de uma rodada de oficinas estaduais específicas sobre o RQMA, relacionado também no âmbito da implementação do SINIMA; III) O IBAMA, marcará uma rodada de reuniões bilaterais com as OEMAs, a partir das próprias reuniões das CTTEs, para tratar do apoio dos Estados na elaboração do RQMA.

6) - D - Situação atual do Processo de Regulamentação do Artigo 23 da CF.

O Sr. Paulo Sergio informou que a minuta do PL12/03, já havia sido aprovada pela Comissão de Meio Ambiente e se encontra em tramitação na Comissão de Constituição e Justiça. Destacou que a Casa Civil vem trabalhando com alguns pontos dessa minuta, mas que o MMA está acompanhando tal procedimentos e que só após a aprovação nessa ultima Comissão, é que o texto irá para Plenário da Câmara e posteriormente será encaminhado ao Senado para aprovação final.

A ABEMA lembrou sobre o café da manha que está organizando junto com a Frente Parlamentar Ambientalista, para tratar especificamente sobre o assunto do PL 12/03. A ANAMMA ressaltou que já pediu audiência com a Ministra para tratar entre outros assuntos, principalmente desse ponto sobre o Artigo 23 da CF. Tal assunto deverá ser apreciado também no III ENCT. Do relato sobre o andamento no PL 12/03, tirou-se como encaminhamento, solicitar urgência constitucional para aprovação do "texto original" já aprovado pela Comissão de Meio Ambiente da Câmara Federal.

7) - E - Considerações Gerais:

- O Sr. José de Paula questionou sobre até que ponto os prefeitos realmente ficam sabendo da ações e propostas da participação municipal nas tripartites. A Sra. Diana ponderou que existem ainda algumas tripartites que não estão funcionando adequadamente. O Sr. Volney observou que é fundamental a participação das federações de municípios nas Tripartites. O Sr. José de Paula ponderou que o grande problema é a falta de informação sobre o papel das CTTE's. O Sr. Paulo Sérgio sugeriu que isso cabe como tema de uma futura Reunião Extraordinária da CTN. A Sra. Diana informou sobre a realização de um Fórum de Gestão Municipal Ambiental com foco no tema Financiamento da Gestão e tributação. O Sr. Paulo Sérgio sintetizou a **proposta de pauta da Reunião Extraordinária da CTN** a ser realizada ainda no primeiro semestre de 2008:

- Compensação ambiental
- Regulamentação do Artigo 23 da CF
- Consórcios Públicos
- Gestão Florestal
- Criação de UCs Fderais
- Revitalização e Encontros Regionais das CTTE's
- Aprovação dos novos TORs

6) - F - Consolidação Planejamento - Encaminhamento e Deliberações

6.1) Encaminhamentos:

- 1) A Sra. Diana/CNM sugeriu que a Portaria das Tripartites seja alterada, propondo-se nova forma de periodicidade na rotatividade da Coordenação das mesmas.e demais questões normativas a serem atualizadas. Para tal tarefa, o Sr Paulo Sergio sugeriu que a SAIC/DSIS trate de preparar uma proposta de adequação e **revisão do próprio regimento das CTTEs** e de elaborar uma **minuta de regimento interno da CTN**, para ser apresentado, maturado e apreciado pela CTN, somente a partir do segundo semestre de 2008. Tal proposta foi aprovada.

- 2) O Sr. Paulo Sérgio/MMA propôs que a partir do segundo semestre de 2008, até maio de 2009, venham a ser realizados **Encontros Estaduais de Colegiados Ambientais**, a serem organizados a partir de cada CTTE, em parceria com os Colegiados Ambientais de Meio Ambiente e Recursos Hídricos de cada Estado. Tal proposta foi aprovada.
- 3) O Sr. Jose de Paula/ABEMA propôs a realização de **Encontros Regionais das CTTEs**, em parceria com a ABEMA e IBAMAs, reunindo previamente as OEMAs, os Superintendentes do IBAMA e os representantes nas CTTEs da ANAMMA e CNM, para uma maior integração regional das CTTEs, trocas de experiências estaduais e tratar de temas comuns que são específicos de cada região do País. Tal proposta foi aprovada.
- 4) O Sr. José de Paula sugeriu **acrescentar na pauta das CTTEs a implementação das TCFA**, como um tema a ser abordado nos Estados. A sugestão foi também aprovada.
- 5) Foi ainda aprovado que **as Reuniões Ordinárias da Comissão Tripartite Nacional serão necessariamente Trimestrais**, devendo ainda em 2008, ocorrerem Reuniões Ordinárias em agosto e novembro desse ano. Haverá também por sugestão da ABEMA, um **reunião extraordinária ainda no mês de junho** e que a CTN terá uma nova reunião ordinária de planejamento já no começo de 2009.

6.2) – Deliberações

- As principais deliberações da Comissão Tripartite Nacional sobre o planejamento/08, foram consolidadas e divididas em três grupos; I) o primeiro denominado de “**Orientações Estratégicas para as CTTEs**”, II) o segundo denominada de “**Agenda Prioritária Nacional das Tripartites**”, III) O terceiro denominado de. “**Tarefas Estruturadoras das CTTEs para o Fortalecimento do SISNAMA**”. Além disso, foram definidas as principais atividades do “**Calendário Comum das Tripartites**”, conforme detalhadas a seguir:

I - Orientações Estratégicas da CTN p/ as CTTEs – 2008/09

- 1 - Intercalar as pautas das **CTTEs**, entre os temas prioritários nacionais e estaduais;
- 2 – Efetivar uma reunião de planejamento estadual, definindo inclusive a Agenda Estadual e as reuniões ordinárias bimestrais da **CTTE p/ 2008/09**;
- 3 - Consolidar no âmbito das **CTTEs**, os seus Grupos de Trabalhos Estaduais (GTEs)
- 4 - Efetivar a integração permanente das **CTTEs** com os Conselhos Estaduais Ambientais;
- 5 -Promover os Encontros Estaduais de Colegiados Ambientais (**CTTEs/OEMAs**)
- 6 - Promover reuniões ampliadas das **CTTEs** com as demais Secretarias Estaduais e Órgãos Federais que atuam no Estado, relacionados com os principais temas socioambientais.
- 7 -Realizar a integração dos **CTTEs** com os Ministérios Públicos nos Estados;
- 8 -Promover a integração das **CTTEs** ao PNMA III nos Estados;
- 9 - Disponibilizar as memórias das reuniões estaduais das **CTTEs** para a CTN;
- 10 – Colaborar com o processo de articulação entre o SISNAMA e o SINGRH nos Estados

II - “Agenda Nacional das Comissões Tripartites”

- | | |
|---------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------|
| I - Regulamentação do Artigo 23; | II – Gestão Florestal e Combate ao Desmatamento |
| III - Licenciamento Ambiental | IV - Gestão Integrada de Resíduos Sólidos |
| V - Mudanças Climáticas | VI - PROGRAM/PNC |
| VII - Revisão do Marco Legal do SISNAMA | VIII - Consórcios Públicos: |
| IX - Gerenciamento Costeiro | X - Combate a Desertificação |
| XI - Criação de UCs Federais nos Estado | XII - Compensação Ambiental |
| XIII - Financiamento Ambiental/Implementação TCFA nos Estados | |
| XIV - Implementação do PNMA III nos Estados | |

III - Tarefas Estruturadoras das CTTEs para o Fortalecimento do SISNAMA

- 1) Realizar uma Reunião de Planejamento Estadual da CTTE - (RPE)
- 2) Apresentar a CTTE ao CONSEMA e ao CERH
- 3) Preparar Implementação do GTE-PROGAM/PNC e da UCE do PNMA III no Estado.
- 4) Organizar a Implantação dos GTEs integrados com a CTTE
- 5) Organizar o I Encontro Estadual de Colegiados Ambientais (27)
- 6) Realizar demais Oficinas Técnico-Temáticas p/ Efetivação dos GTEs/TORs
- 7) Participar dos Encontros Regionais das CTTEs (4)
- 8) Realizar uma Oficina Estadual sobre o RQMA
- 9) Realizar Reunião Ampliada da CTTE c/ demais Órgãos Públicos no Estado
- 10) Apoiar a articulação de um Fórum de Secretários de Meio Ambiente no Estado

Propostas do Calendário Comum 2008 - CTN/CTEs

Jun a Jul/08 - Reuniões de Planejamento Estaduais das CTTEs

Ago/08 - XVI Reunião Ord da CTN + Encontro ANAMMA - Goiania/GO;

Agos a Out/08 - Encontros Regionais CTTEs e Apresentação CTTEs nos CEMAs

Agos a Nov/08 - Reuniões Extraordinárias Estaduais Ampliadas das CTTEs;

Nov/08 - XVII R. Ord. CTN - IV Encontro Nacional CTTs - Encontro Prefeitos Eleitos 2008 -15/11

Jan a Fev/09 - Reunião de Avaliação e Replanejamento das CTTEs e CTN

Out/08 a Mai/09 – I Encontros Estaduais de Colegiados Ambientais -

Foi assim encerrada a XV Reunião da Comissão Técnica Tripartite Nacional.

Brasília, 07 de maio de 2008

Mauricio Laxe
Coord de Apoio à Articulação Federativa
CTN/CAAF/DSIS/SAIC/MMA

Paulo Sergio C. Muçouçah
Diretor do DSIS/SAIC/MMA